

“ENQUANTO TIVERMOS MULHERES PARA NOS DAREM FILHOS”

A respeito da raça e do sexo

O reconhecido parentesco entre racismo e sexismo repousa em primeira análise em analogias evidentes. O desprezo com que são consideradas as raças não-brancas e o sexo fêmea, a violência física que os ameaça constantemente e se exerce esporádica ou regularmente, a inferioridade social em que umas e outro são mantidos pela divisão do trabalho, a precariedade econômica que decorre disso, a segregação espacial e temporal que mantém a dominação na qual vivem são **fatos**. Nós os conhecemos, mesmo se é de bom tom esquecê-los às vezes em proveito de considerações psicológicas, ou psicanalíticas ou estéticas que prudentemente reduzem a questão a traços, no fim das contas, individuais, ou no máximo “culturais”. Esses fatos de sociedade são conhecidos, portanto. Mas seria um engano ficar nessa primeira análise e reduzir o racismo e o sexismo apenas ao desprezo, à dominação e à violência. Em primeiro lugar, porque convém não esquecer que boa parte dos discursos dominantes que se fazem sobre os dominados se apresentam sob traços mais risonhos, e eventualmente se atribuem qualidades excepcionais às raças e ao sexo dominado. Às vezes é até reconhecida neles **uma superioridade** inconteste num certo número de campos cuidadosamente balizados: o campo estético, por exemplo, ou o do esporte, ou o da força afetiva ou corporal, ou o da música, ou o da atenção aos outros e do devotamento etc. Deixo por conta do leitor o reconhecimento da respectiva atribuição dessas raras qualidades aos diversos grupos em questão. Não estamos então num campo inteiramente “negativo”, pois, pensando bem, pode haver algo de “positivo” na descrição e na percepção das “outras” raças e do “outro” sexo.

Talvez porque o fundo do racismo e do sexismo não sejam o desprezo nem a hostilidade, embora estes estejam nele consubstancialmente presentes (desprezo e hostilidade, aliás, que existem em várias outras relações sociais...). Mas existe algo bem mais fundamental em causa. Racismo e sexismo são em primeiro lugar a afirmação de que existem raças - diferentes - e sexos -

diferentes - na espécie humana. São a crença, firme e indiscutida, de que as **raças** e o **sexo** seriam caracteres primeiramente evidentes e em seguida essenciais (uma essência). Raça e sexo levariam consigo, de maneira definitiva e desde a origem, qualidades, modos de agir, pensar e sentir, específicos. Que eles ocupam um lugar determinado nas relações humanas para sempre. Que esse lugar existe por toda a eternidade, que ele é radicalmente não-sensível a qualquer história, qualquer relação humana, qualquer mudança social, qualquer modificação do meio ou das relações com os outros. Em resumo, que raça e sexo são um destino e um comportamento inscritos na "natureza" específica de cada um. A partir disso é possível (e desejável) atribuir qualidades muito positivas e lisonjeiras a cada grupo racial ou sexual. Sem deixar de fazer dessas qualidades distribuições cuidadosamente espalhadas entre os diversos grupos de que, precisamente (ó, feliz acaso!) esperam-se - e até se solicitam - serviços naquele campo referido. É sabido que a atenção e o devotamento aos outros são particularmente indicados para se encarregar da "família" (não vamos nos perder nos detalhes dessa "família": a infância, a idade avançada, a doença, a invalidez ou o retardo mental ou muito simplesmente o cuidado diário de todos - seria de mau gosto...), que o "dom" para os esportes, a música, acompanha muito bem os altos índices de desemprego, oferecendo uma estreitíssima e aleatória passarela a um número mínimo daqueles que estão votados ao desemprego estrutural. Uma essência, portanto, má ou magnífica, magnífica e má, definiria raças e sexo dominados.

Uma essência que se dá o luxo de ter uma inscrição física. Com efeito, a cor da pele ou o sexo são caracteres físicos. Ou pelo menos designados e socialmente considerados como tais. Porém caracteres físicos todos nós os temos aos montes: difícil é escolher (textura do pêlo, altura, cor dos olhos, corpulência, cor do pêlo, peso etc. etc.). Ora, são alguns (e não todos) desses caracteres que são selecionados, escolhidos (**inventados**), e não outros. Os traços selecionados são os que "dão um grupo social", se quiserem... Aqui, duas observações de importância. Em primeiro lugar, esta observação refere-se à **discriminação**: esses traços físicos marcam certos grupos e indicam seu lugar social. Em segunda anotação, e esta refere-se à dominação: os grupos assim marcados fisicamente estão (atualmente ou num passado histórico muito recente) metidos numa relação de **exploração física direta**. Com efeito, a invenção da categoria "raça" é tributária da expansão econômica da Europa e da criação da escravidão de latifúndio na esteira da colonização. As classificações, as taxinomias humanas seguem (e não precedem como muitas vezes se pensa) a concentração da escravidão nas Américas. Os trabalhadores "importados" muito rapidamente se encontraram unicamente negros (realmente eles vinham da África; os índios e os brancos que também foram escravos no início desse processo não o permaneceram por razões diversas que não são objeto destas notas). No que se refere ao sexo, as mulheres são, nas sociedades conhecidas hoje em dia, objeto de uma exploração direta de seu trabalho e de seu potencial reprodutivo. Aquilo que podemos retrair **historicamente** na construção da idéia de "raça", podemos

retraçar **socialmente** nas sociedades contemporâneas no que se refere ao "sexo". O racismo e o sexismo repousam ao mesmo tempo numa **exploração física** (da força de trabalho, do processo reprodutivo, da vida física e mental) que vai até o completo controle sobre os humanos explorados/utilizados na escravidão, na servidão, na sexuação. E numa fisicalização, uma somatização, poder-se-ia dizer, da **marca** (do signo) **da dominação social** (o sexo, a cor). E aqui eu volto a esse ponto crucial: todo traço físico é em si perfeitamente indiferente. Ele só ganha sentido, ele só pode ganhar sentido na medida em que estiver associado a (ou inscrito em) um processo social; que é um elemento de uma relação constitutiva da estrutura social. E, esquematicamente, tal é o caso das ditas "raças" e do "sexo". Ou mais exatamente das raças não-brancas e do sexo fêmea. Pois se observarmos bem são só eles que têm - ou que são - "raça" e "sexo".

O parentesco ou a analogia entre racismo e sexismo é portanto uma coisa bem diferente de qualquer desprezo ou processo discriminatório "simbólico", cujas origens obscuras e desviadas iríamos buscar nas profundezas de um psiquismo a-social e a-histórico. Se desprezo e discriminação existem - e efetivamente existem (e o desprezo, assim como a discriminação, englobam o psiquismo dos atores sociais, naturalmente), existe em primeiro lugar controle e exploração que, de seu lado, não têm nada de misterioso, nem de "profundo", nem de obscuro.

Racismo e sexismo são portanto formas particulares de relações sociais que repousam no controle e na posse física de grupos de indivíduos dessa forma promovidos à dignidade de grupos sociais. De alguns, conhecemos o processo histórico que os constituiu como tais (as ditas "raças"), e de outros (o "sexo" e as mesmas "raças") conhecemos o desenrolar contemporâneo desse processo e seus avatares mais recentes. Processos que fazem do corpo dos indivíduos o lugar e ao mesmo tempo o indelével emblema de sua situação social.

Essas duas formas de desigualdade, de raça e sexo, divergem por outro lado num ponto de importância. As consequências práticas e teóricas disso são imensas. A exploração do trabalho humano no sistema de colonização territorial e agrícola que organizou o mundo desde o século XVI terminou dando, no campo do político e das ciências, nas classificações humanas do século XVIII e nas teorias raciais e racistas do século XX, ou seja, na invenção das raças, simplesmente. Ora, a idéia de raça (o racismo) intervém no âmbito de relações sociais que se desenrolam **entre** grupos constituídos como heterogêneos em relação uns aos outros. Entre aquilo que chamarei de **grupos de reprodução**. Sejam eles nações, Estados, culturas, povos, classes, religiões etc., esses grupos supostamente constituem conjuntos homogêneos que se perpetuam pela reprodução e pela sucessão das gerações e que se definem, eles próprios, como "estranhos" uns em relação aos outros. A mesma coisa já não ocorre com a **invenção do sexo** (o sexismo), o qual não se inscreve entre grupos porém intervém **no seio mesmo** de cada um desses grupos, que se define ele próprio como homogêneo. Grupos em que os homens adultos (ou os velhos,

ou os dois ao mesmo tempo, depende) possuem as mulheres e as “gerenciam” de fato como uma possessão material. Na reprodução, claro, mas não somente na reprodução, e por certo não principalmente na reprodução (o “produto” das mulheres em crianças não atinge, nem de longe, o produto delas em trabalho). Há portanto uma especificidade das relações de raça e uma especificidade das relações de sexo. Dupla especificidade (ou defasagem) que está sem dúvida na base das dificuldades em se pensar as relações entre racismo e sexismo, ou aquilo a que alguns chamam “a articulação” entre os dois. Pois se sabemos das analogias estruturais das duas formas sociais e da semelhança da manifestação delas, sabemos também que não se trata da mesma coisa, assim que observamos a vida social cotidiana.

“Enquanto tivermos mulheres para nos darem filhos”... Esta frase, de um membro importante em um grupo engajado num combate nacionalista, é clara: as mulheres estão aí para fornecer aos homens (“nos darem”) os combatentes pela defesa dos valores, a defesa do território, a defesa dos bens, a conquista dos territórios, a submissão dos inimigos, a manutenção do número de fiéis (ou seu aumento) etc. Sabendo-se, é claro, que elas (as mulheres) não são nem as donas dos territórios, nem as decisoras das formas políticas, sociais ou religiosas, que elas tampouco são donas de seus filhos (mesmo se elas os alimentam ou tomam conta deles), e que no meio disso tudo elas são, no melhor dos casos, um suporte, um alicerce, um melo, porém certamente não um **agente** legítimo: “Enquanto **tivermos** mulheres...” (do verbo *ter*...). Aliás, isso me lembra um poema, que li há vários anos no frontão do Museu do Homem (Antropologia) de um grande país ocidental das Américas e que - aqui esquematizo - anunciava: “Meu Filho, tu serás o inventor do Porvir, o poeta do Futuro, o conquistador do Impossível... e tu, minha filha, tu gerarás outros inventores, outros poetas, outros conquistadores... etc.” Fim da proclamação. Em resumo.

Tudo isso é óbvio, no entanto convém lembrar. O que é menos óbvio, embora decorra diretamente do que precede, é que as mulheres não pertencem, nem pessoal nem coletivamente, a nenhuma comunidade, pelo menos a nenhuma comunidade própria. Não estou falando do que elas sentem, de sua consciência pessoal: claro está que falamos uma língua, que somos até o mais profundo de nós mesmas membros de nossas diversas comunidades, pois um ser humano é um ser falante, um ser de cultura, de história, e mesmo dentro do mais ardoroso desacordo político, da revolta mais articulada, ele é o indivíduo de uma história e não de outra. Ele é o indivíduo de um grupo (ou de vários grupos), porém não de todos indistintamente. Isso é sabido. Mas não é a isso que me refiro; refiro-me ao *status* dentro do grupo, refiro-me à legitimidade social, e refiro-me à possibilidade de intervenção no comportamento do grupo. As mulheres não o têm, elas não decidem **nada** quanto às estruturas coletivas. E como poderiam fazê-lo, já que esse direito lhes é institucionalmente barrado? Explícita e intencionalmente barrado. Ademais, como poderiam fazê-lo, já que estão factualmente num certo lugar das relações sociais, exatamente aquele que é estar nas mãos dos homens?

E isso é verdade a tal ponto que as mulheres (“as mulheres”, indistintamente) são massa de manobra e um dos meios que os homens utilizam (e visam) em seus conflitos. Sujeitos legítimos de cada comunidade, os homens decidem, a esse título, quanto à continuidade e aos projetos desta. Seja entre rapazes ou bandidos, ou entre povos, o estupro das moças é uma das formas centrais da guerra. O estupro das moças dos rapazes adversários (ou mulheres dos homens adversários) é dirigido contra os homens inimigos. Que as mulheres sejam preciosas, não há dúvida, mas isso não muda nada do fato, e talvez até pelo contrário, de que elas aqui não são sujeitos, mas meios de atingir os homens.

Se elas pudessem fugir, as coisas certamente não seriam assim. Mas realmente elas são tão preciosas que sua fuga não é fácil, com ou sem guerra. A independência econômica verdadeira das mulheres ainda não está conquistada, mesmo nos países onde a situação é a melhor. O uso comunitário das mulheres faz delas bens a serem controlados ou destruídos. De acordo com as políticas escolhidas pelos decisores e de acordo com os contextos históricos, sua utilização pode ser feita em proveito dos homens de sua comunidade ou contrária aos homens de sua comunidade nos conflitos. O sexismo, portanto, repousa num mecanismo intra-grupo; ele é, diferentemente do racismo, efeito de razões identificáveis dentro mesmo do grupo de reprodução.

Portanto, não são tanto as mulheres que são “diferentes” entre elas, como afirmam certas análises atuais, quanto as condições objetivas nas quais elas estão colocadas. O modo político de gestão de sua comunidade, o estado tecnológico, os recursos acessíveis, o desenvolvimento econômico do grupo a que pertencem são diferentes. E as condições objetivas nas quais se encontram as diversas comunidades às quais pertencem as mulheres (no sentido próprio do termo) são, muito amplamente, efeito das relações das diversas comunidades entre elas (relações Norte/Sul, relações de classe...). Daí se segue que as prioridades das mulheres não são as mesmas em todas as sociedades. A independência física, o abastecimento d’água, a contracepção, a independência econômica, os direitos políticos, a autonomia civil etc. podem cada um ser o objetivo primeiro, o fim prioritário de acordo com os lugares e de acordo com as diferentes circunstâncias. Isso deveria ser óbvio. As mulheres não são “diferentes” do mesmo modo que se é grande ou pequeno; as condições de existência do grupo, da comunidade, é que o são. O que não é diferente, em compensação, é o que faz das mulheres “mulheres”: o modo de relação entre os homens e as mulheres. Em toda parte se diz explicitamente: “Enquanto tivermos mulheres...” As mulheres são as “mulheres de”. O que significa que as comunidades delas (as próprias comunidades delas) não pertencem às mulheres, porém aos homens.

Parece claro que na história recente, e com isso quero dizer nos milênios que nos precedem imediatamente, as mulheres em lugar nenhum deixaram de lutar. De lutar contra os usos que os homens faziam delas, contra a interdição ou as limitações de sua liberdade, contra o açambarcamento

dos bens e recursos pelos homens, contra o monopólio da decisão dentro de seus grupos... Essa oposição, seja ela desafio, luta, briga, evasão, não é nova. E sempre houve fujonas e formas individuais de revolta. Mas há algo novo desde há dois séculos. Primeiramente parece-me que, através do feminismo contemporâneo, há um grupo social transnacional, transcomunitário-factual, das mulheres: ou seja, aquilo que constitui socialmente as mulheres não é uma particularidade própria a uma sociedade determinada e a estrutura sócio-sexual ultrapassa largamente as fronteiras, sejam elas nacionais ou comunitárias. Tal é o corolário do nascimento do feminismo, presente em todos os países do mundo segundo periodicidades diversas; e isto, desde a primeira metade do século passado. Em nosso século, está-se esboçando alguma coisa ainda mais surpreendente. A saber, nos movimentos de mulheres, um ponto de vista transnacional e transcomunitário. Não me refiro aqui à defesa dos direitos das mulheres em todos os países, nem aos vínculos formais ou informais que ligam entre si mulheres de toda parte, mas antes a alguma coisa bem mais significativa: a vontade, por parte das mulheres, de conquistar e defender direitos que não são sequer pensados por suas comunidades de referência. Quando nos países ocidentais lutamos pela paridade política, por exemplo, estamos dentro dos mesmos termos que são definidos por nossa própria sociedade, os do direito político dos indivíduos, assim como quando nessas sociedades lutamos pelo respeito pela integridade corporal. Tentamos, em todos esses casos, obter ou manter direitos que não estão, pelo menos oficialmente, em contradição com os valores anunciados de nossa sociedade. Não é o mesmo caso em outras sociedades, onde aquelas das nossas que lutam por sua autonomia ou sua integridade física estão em contradição com estruturas explicitamente de **direito patriarcal** (para empregar uma expressão insuficiente e aproximativa, mas cômoda). E que podem até ser acusadas de estar importando "valores estrangeiros". Para fazer alusão apenas a elas, que não são as únicas, as indígenas do Quebec ou as argelinas, hoje em dia, têm reivindicações de uma amplitude que vai bem mais além dos direitos imagináveis ou admissíveis em sua própria comunidade. Se há atualmente portadores do universal, estão entre aquelas que tentam, com terrível coragem, emancipar a visão política daquilo que é "pensável" aqui e agora, em tal sociedade precisa.